

# ASCENÇÃO E DECADÊNCIA DE UM PATRIMÔNIO TURÍSTICO-RELIGIOSO, O LUZEIRO DO SERTÃO

*rise and fall of a touristic/religious heritage, “Luzeiro do Sertão”*

Raimundo Freitas Aragão \*  
Christian Dennys Monteiro de Oliveira \*\*

## Resumo

A Torre “Luzeiro do Sertão”, localizada na cidade de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará e inaugurada no ano de 2005, não foi reconhecida em seus anseios políticos, econômico-turísticos e religiosos por diferentes atores. Patrimônio tecnológico inventado e idealizado para ser fixado no dinâmico espaço religioso da cidade no sentido de parecer absoluto e único em relação aos outros patrimônios que o cercam, teve como objetivo o de atrair turistas e servir de símbolo expressivo da religiosidade católica cristã, atualmente encontra-se ignorado na paisagem urbana. Este artigo aborda a trajetória desse emblemático atrativo desejado pelas esferas laicas (Estado e Município) e a esfera religiosa (Igreja Católica) como motor de desenvolvimento econômico voltado à atividade turística. A metodologia utilizada foi composta de bases geográficas e pluridisciplinares, auxiliadas por visitas dos autores à Juazeiro do Norte como observadores participantes com o objetivo de se inserirem na dinâmica urbana e vivenciarem o lugar. Tais visitas ocorreram entre os anos de 2009 e 2011. Visa contribuir com o conhecimento geográfico a partir de um patrimônio artificial erigido em lugar específico de concentração de romarias e cujo campo de ação e irradiação foi enfraquecido em um curto espaço de tempo.

**Palavras-chave:** Luzeiro do Sertão, Patrimônio, Juazeiro do Norte, Turismo

## Abstract

The Tower “Luzeiro do Sertão”, in the city of Juazeiro do Norte, Ceará - Brazil, inaugurated in 2005, was not recognized in its political, economic, tourist and religious yearnings. Technological heritage invented to be fixed and seems absolute in the dynamic religious space of the city in relation to other cultural heritages that surround it, aimed to attract tourists and serves as a significant symbol of the Christian Catholic religion. At present it is overlooked in the urban landscape. The article discusses the trajectory of this emblematic attraction desired by the secular spheres (State and Municipality) and the religious one (Catholic Church) as a tool to the tourism development. The methodology used was composed of geographical and multidisciplinary bases and aided by visits of the authors to Juazeiro between the years 2009 – 2011 as participants in order to integrate into the urban dynamics and to experience the city. It aims to contribute to the geographical knowledge from an artificial heritage erected in place of specific concentration of pilgrimages and whose field of action and irradiation was weakened in a short period of time.

**Key words:** Luzeiro do Sertão, Heritage, Juazeiro do Norte, Tourism

## Resumen

La Torre “Luzeiro do Sertão”, ubicado en la ciudad de Juazeiro do Norte, Ceará, inaugurado en 2005, no ha conocido el verdadero significado político de su desarrollo económico y religioso. Patrimonio tecnológico inventado y diseñado para ser fijado en el espacio religioso dinámica de la ciudad en lo intento de parecer absoluto y único en comparación con otros activos que la rodean, con el objetivo de atraer turistas y servir como un símbolo expresivo de la religión cristiana católica, ahora se encuentra perdido en el paisaje urbano. Este artículo aborda la historia de este emblemático atractivo deseado por las esferas seculares (estatales y municipales) y la esfera religiosa (Iglesia Católica) como motor del desarrollo económico orientado al turismo. El texto se basa en lecturas geográficas y multidisciplinaria, así como visitas de campo a Juazeiro, hecha por los autores entre los años 2009 y 2011. Tiene como objetivo contribuir al conocimiento geográfico de un patrimonio artificial erigido en el lugar específico de concentración de las peregrinaciones y cuyo ámbito de actuación y la irradiación fuera debilitado en poco tiempo.

**Palabras clave:** Luzeiro do Sertão, Patrimonio, Juazeiro do Norte, Turismo

(\*) Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará – Campus do Pici, Bloco 911, CEP: 60455-760, Fortaleza (CE), Brasil. Tel/Fax: (+55 85) 3366 9855 / 3366 9864 - freitasaragao@hotmail.com

(\*\*) Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará – Campus do Pici, Bloco 911, CEP: 60455-760, Fortaleza (CE), Brasil. Tel/Fax: (+55 85) 3366 9855 / 3366 9864 - cdennys@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O ideário coletivo na projeção e construção de torres não reporta a um caminho novo, mas milenar. Quando se contempla o simbolismo religioso, a bíblica Torre de Babel exemplifica magistralmente o imaginário cristão centrado na diversidade de povos e línguas. As torres nos estudos culturais da Geografia são formas simbólicas remetidas àquelas de aspectos grandiosos como estátuas, obeliscos, colunas e templos. São representações de eventos ocorridos no passado, integrados ao ambiente com o objetivo de servirem de marcação simbólica e material na paisagem dos espaços públicos urbanos (CORRÊA, 2005).

A composição deste artigo explora a possibilidade de leitura por intermédio de eixos interligados. Na introdução, realiza-se um breve apanhado sobre o que se entende por torres urbanas e suas idealizações quando a Torre Luzeiro do Sertão é anunciada. No segundo eixo aborda-se a projeção de torres turísticas no Ceará tendo a capital, Fortaleza, como cenário principal. É a partir dela que dá-se início a idealização do monumental projeto turístico, cujo ícone da torre vem simbolizar a defesa e a garantia de bons investimentos.

O eixo seguinte, o Luzeiro entra em cena, no intuito de se apresentar, mais detalhadamente, o processo pelo qual o monumento foi idealizado e transformado em patrimônio político e turístico-religioso. No quarto eixo, desenvolve-se reflexões sobre as diferentes estratégias geopolíticas ideológicas e espaciais aplicadas ao Luzeiro como forma de transformá-lo em representativo e eficiente patrimônio urbano. O próximo procura evidenciar a maneira como o Luzeiro do Sertão põe-se à deriva e as relações intencionais unificadas com a torre Ícone de Fortaleza. No sexto, faz-se um paralelo dos mecanismos de reversão de simbologias operadas pela política e pelo religioso no que concerne à Estátua de Padre Cícero e ao Luzeiro do Sertão, no sentido de apontar suas peculiaridades no imaginário social. E por encerramento nas considerações finais, reforçam-se as críticas a esta idealização patrimonial no intuito de chamar a atenção para os processos ideológicos os quais são intencionados tanto pelas esferas políticas quanto pelas esferas religiosas no concernente ao papel dos monumentos neste século XXI, importante para futuras pesquisas desejosas em inserir o domínio dos estudos patrimoniais em Geografia.

Torres são símbolos contemporâneos, diretamente ligados ao discurso da modernidade. São elaborados para exercer forte e positivo impacto irradiador de seus construtores às cidades que lhes constituem “palco”, no sentido de mostrarem imagem de destaque no dinamismo político e econômico delas. Tais torres são consideradas monumentos símbolos, representando emblema de uma empresa ou mesmo de uma nação inteira. Exercem também o papel de sinais direcionados sobre a cena mundial, com objetivos bem precisos advindos, em sua essência, das técnicas do marketing urbano (DIDELON, 2011).

Dentro das diversas atividades econômicas nas quais se direcionam tais monumentos está a do turismo, a exemplo da Torre do Luzeiro do Sertão, objeto de nossa pesquisa. O Luzeiro do Sertão foi construído com propósito de renovar simbologias, cujos principais elementos estão consolidados no imaginário religioso da cidade de Juazeiro do Norte. Daí considerar a força de sua potencial sacralidade e a percepção de que seu abandono relativo represente certa “profanação”.

## ABORDAGENS NA PROJEÇÃO DE TORRES TURÍSTICAS NO CEARÁ

Para se compreender a característica da criação de infraestruturas em forma de torres gigantes no Ceará é necessário estabelecer alguns elementos geográficos e da história da modernização e turistificação do Estado cuja intensificação privilegia a capital, Fortaleza.

A ideia de construção de torres para o turismo, no Ceará, tem seus antecedentes nos conceitos modernistas de uma elite surgida em meados da década de 1980. Pretendia-se transformar a cidade de Fortaleza em um polo de turismo marítimo-litorâneo de excelência e assim criar uma nova identidade para a cidade; transformá-la em uma landmark internacional. Entusiasmados pela real



possibilidade deste novo modelo de atividade, foi elaborado em 1999, projeto de alta envergadura intitulado Projeto Fortaleza Atlântica cujo principal objetivo foi o de dotar a cidade de um marco personalístico urbano à beira mar.

O projeto expressou ápice dos anseios desta elite vinculada à política, à indústria e ao turismo convencionais. O projeto esteve essencialmente voltado ao plano urbanístico no sentido de orientar uma nova maritimidade para a cidade, com o propósito de desassociá-la do enraizado contexto histórico sobrepujado no imaginário negativo, ou seja, de uma cidade litorânea com alma sertaneja (DANTAS, 2000; 2002a; 2002b) para a cidade de primeiro mundo, a ser construída. No intuito de alcançar tal empreendimento foi criada a “Fundação Fortaleza Atlântica”, com o objetivo de dar suporte operacional ao projeto e ampliar sobremaneira a recepção turística da cidade. Pretendia-se construir um conjunto arquitetônico moldado por símbolos atrativos, tanto para turistas quanto para investidores em escala nacional e internacional, consolidando um novo imaginário para a cidade e para o Estado. O turismo de “massa” ou “convencional” foi a principal vitrine desta ambiciosa empreitada.

Estudos elaborados por geógrafos em diversas linhas procuram mostrar os processos de singularização urbana direcionados a tais objetivos. A intenção é a de facilitar a instalação e o desenvolvimento de investimentos, no sentido de tornar lugares e paisagens antes degradadas ou abandonadas, em potenciais destinos, tendo como pressuposto a concorrência entre cidades e territórios. Projetos desta envergadura são aclamados como “indispensáveis” na atração de valores agregados, entre os quais os imagéticos, com o objetivo de trazer para as cidades suplementos para o enriquecimento de sua alma através do impacto midiático (GRAVARI-BARBAS; JACQUOT, 2007). Sobre esta questão Harvey (2005) é incisivo ao apontar relação divergente entre turismo e capital simbólico. Para ele, o turismo é colocado como evidência maior onde todo esse processo funciona. Porém, considera o poder do capital simbólico, ou seja, o poder-marco de distinção dos lugares como estratégia decisiva na atração de fluxos de capital.

O “Projeto Fortaleza Atlântica” teria evidente suporte midiático, centralizado na city marketing para passar a ideia aos cidadãos de que a modernidade em Fortaleza, diferentemente de uma cidade com paisagens decadentes ou espaços industriais obsoletos, seria prontamente alcançada na medida em que o novo fosse incorporado (SANCHEZ, 2003). As relações entre o marketing e a cidade contemporânea são bastante estreitas, categoricamente andam juntas, principalmente em relação à produção de símbolos e ícones contemporâneos. Intencionam produzir impacto visual e emocional, já que sua localização estratégica condiciona o planejamento estratégico urbano, junto a outras variáveis: visibilidade, escala, forma, aparência, monumentalidade e uso. (HAZAN, 2003).

Um dos pontos culminantes do Projeto Fortaleza Atlântica seria a construção da Torre Ícone de Fortaleza projetada para passar a ideia de espelho e representação simbólica do marco identitário da entrada de Fortaleza no novo milênio o qual se aproximava, transformando-se em símbolo representativo da cidade nos cenários econômicos e turísticos internacionais. O monumento em forma de torre compreenderia e englobaria parque temático representando a maritimidade de Fortaleza tendo como base elementos consagrados no simbolismo popular, ou seja, o sol, o mar e a jangada (BARBOSA, 2006).

As simbologias locais atribuídas por vários atores da elite cearense eram as de que a torre naturalmente se transformaria na síntese da cultura cearense, um signo diferenciador, transformador da imagem da cidade. Porém, é evidente que a construção da torre estava voltada à construção da imagem pública de seus produtores, pois imagens públicas são imagens oficiais, são referências iconográficas de poder, porquanto estão ligadas à política (SANCHEZ, 2003) e, ao mesmo tempo, estão indissociáveis da mitificação na medida em que suas representações estão associadas a conteúdos simbólicos fortes. Neste sentido, elas passam obter a ressonância pretendida (CARVALHO, 1999). Para Didelon (2011), a encenação turística de torres transformadas em monumentos reafirma esse seu papel simbólico de poder político e econômico.



A torre símbolo-ícone de Fortaleza (Figura 1), metaforicamente, reproduz um “luzeiro” capaz de guiar com segurança e associadamente o destino econômico e, principalmente, turístico da capital cearense. Dentre suas várias funções simbólicas estava a de servir de farol a partir de potente holofote localizado em seu topo a uma altura de exatamente 173,90 metros acima do nível do mar (BARBOSA, 2006). Seria um sinal-guia ao porto seguro dos empreendimentos econômicos e turísticos? A megalomania do projeto respondeu a questão. Os altos custos de sua execução, a falta de investidores estrangeiros, os conflitos fundiários e mais outra série de problemas fizeram com que houvesse a desistência de sua realização, e, conseqüentemente, a consecução do projeto em sua totalidade.



Figura 1- Imagem virtual da Torre Ícone de Fortaleza na Praia Mansa - Mucuripe

Fonte: Nasser Hissa. <[HTTP://WWW.NASSERHISSA.COM.BR/PROJETOS/DESENHO-URBANO/72-ICONE-DE-FORTALEZA](http://WWW.NASSERHISSA.COM.BR/PROJETOS/DESENHO-URBANO/72-ICONE-DE-FORTALEZA)>

## DE VOLTA AO SERTÃO, O LUZEIRO ENTRA EM CENA

A concretização da construção de torres tendo o padre Cícero como representação direta ocorreu em 2004 quando a municipalidade inaugurou monumento ao lado da Igreja do Socorro, santuário onde se encontra os restos mortais do sacerdote. Esta idealização foi a forma mais “sensível” encontrada pelo município em comemorar os 70 anos de morte do padre e, ao mesmo tempo, de turistificar o lugar. Assim, um novo elemento arquitetônico em desconformidade à arquitetura tradicional e à simbologia e ambiência reinantes foi amalgamado, todavia sem o resultado pretendido. A torre, desde sua inauguração, passou despercebida por um público o qual lhe é indiferente, ela resta invisível entre os “monumentos vividos” que a rodeiam.

Olga Paiva (2004), socióloga especialista em patrimônio cultural e ex-superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Ceará, articula crítica ao efeito da torre sobre o conjunto patrimonial do Largo do Socorro onde se localiza a torre. Para ela, a harmonia patrimonial do lugar foi quebrada pela inserção sem critérios técnicos influenciando sobre todo o conjunto, pois a grandiloquência da torre emudeceu a simbologia da própria Igreja e de sua fachada considerada de singela beleza. Ocorre, dessa forma, a inserção de propostas para construção de torres, em Juazeiro do Norte, cujo caminho é interrompido meio a controvérsias no modo de suas produções. A Torre do Luzeiro do Sertão, início desse processo, então entra em cena.

É no contexto ideológico do discurso de modernização tendo como ponto central de articulação a metrópole Fortaleza na construção de torres que o Estado assume a edificação do de um monumental Luzeiro, como um dos mais expressivos bens ao turismo religioso que a cidade já experimentou. A ideia foi a de inserir na estrutura o simbolismo em torno da figura de Padre Cícero, referência maior da religiosidade popular da cidade e parte significativa do Nordeste brasileiro.

Uma reedição da representação urbanística que a estátua do Padre expressou quando foi erguida no na colina do Horto, em 1969.

O monumento recebeu várias denominações desde seu desenho inicial até sua conclusão: Luzeiro do Nordeste (Estado e Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte), Marco do Novo Milênio (ao modo do Ícone de Fortaleza), Cruzeiro do Sertão (Projeto Cidade da Mãe de Deus), Marco pelos 500 Anos de Descobrimento do Brasil e, finalmente, Cruzeiro da Fé (Igreja Católica) como se encontra hoje identificado na placa de informação turística localizada em suas proximidades.

O Luzeiro (do Nordeste ou do Sertão, como ficou mais conhecido) foi licitado inicialmente pela Prefeitura de Juazeiro e apresentado à Câmara Municipal no dia 2 de setembro de 1999. Devido a problemas de natureza econômica, foi sub-rogado pelo Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes do Ceará - DERT (ZANINI, 2005). Para o Estado não haveria razão para a recusa da construção, pois não existiria lugar melhor para a instalação e sucesso de uma torre de fortes contornos simbólicos do que a cidade de Juazeiro. O Estado anuncia a torre como capaz de transformar Juazeiro do Norte no mais novo destino turístico religioso do Ceará com o objetivo de diversificar a economia local, daí a importância da comunicação de sua inauguração:

A região do Cariri tem um novo destino turístico. É a torre do Luzeiro do Nordeste, erguida em homenagem ao Padre Cícero Romão Batista, em Juazeiro do Norte, distante 495,5km de Fortaleza. O monumento será inaugurado nesta terça-feira (1º), às 19 horas, pelo governador Lúcio Alcântara. Com o equipamento, o Estado do Ceará espera fomentar o turismo por meio do marketing religioso, além de promover o aquecimento da economia local, gerando emprego e renda à população de Juazeiro e da Região do Cariri (ZANINI, 2005, p. 1).

A estreita relação entre o projeto do Luzeiro e os interesses estaduais dá continuidade a um contexto histórico, político e econômico herdado da década de 1980, na ascensão de políticos empresários (COSTA, 2005) ao comando do Ceará. As mudanças foram direcionadas às mais diferentes atividades, todavia o turismo foi evidenciado como um campo prioritário à salvação e modernização econômica do estado do Ceará (ARAGÃO, 2005). As mudanças socioeconômicas no espaço caririense (sul do estado do Ceará) concentrando investimentos, principalmente na cidade de Juazeiro do Norte, vêm sendo conduzidas pela esfera governamental nessas três décadas. Assim, é preciso chamar atenção para o fato de que, no geral, estas mudanças não ocorreram por acaso; elas coincidem com o acelerado crescimento urbano e estão acopladas às tradições festivas e culturais de Crato e Barbalha. O Cariri cearense e a cidade de Juazeiro do Norte foram escolhidos para se por em prática o desenvolvimentismo (neo)liberal do governo (PEREIRA; OLIVEIRA, 2010).

Foi no centro deste promissor turbilhão político e cultural (simbólico e religioso) que se encontrou o meio de difusão da imagem governamental, expressando em Juazeiro do Norte o que não foi possível em Fortaleza. A torre monumental era a contrapartida imagética à “turistificação” do município e deveria compor as obras do Parque Temático Padre Cícero. É esta a singularidade do Luzeiro: ele é uma invenção/intervenção pensada para fortalecer imaginário religioso da cidade. A hipótese aqui lançada é a de que ocorreu uma transposição imagética de monumentos turísticos: do litoral ao sertão, revestindo nova roupagem, porém com as mesmas intencionalidades. Ambas as torres (Ícone de Fortaleza e Luzeiro do Sertão) são marcações fortemente políticas, postas como representação de uma elite no comando do Estado e direcionadas ao interior, com o discurso de turistificá-lo.

## ESTRATÉGIAS GEOPOLÍTICAS ESPACIAIS APLICADAS AO LUZEIRO

O exercício de comunicação simbólica é interdependente das condições de comunicação espacial; ou seja, a eficácia imagética do monumento absorve e projeta estratégias espaciais de localização e de dimensão do objeto. O lugar onde o monumento vai ser erigido e o seu tamanho são táticas primordiais.



Para Corrêa (2005) estes dois pontos são essenciais porque a escala, relativa ao monumento, vai qualificá-lo, irradiando a projeção de poder em relação aos monumentos ao seu redor. Já a localização é um dos pontos mais importantes, porquanto as representações a este respeito vão mais além da visibilidade e da acessibilidade por seu teor caráter relacional.

Monnet (2000) enumera quatro escalas de valores dos símbolos os quais são capazes de promover sua centralidade no espaço: o primeiro é a importância do que é simbolizado por ele a exemplo de uma autoridade, o Estado, a Justiça e assim por diante, na escala de valores em função da qual um ator opera um simbolismo. Ator este representado por um Político, um Administrador, uma Igreja ou mesmo uma Empresa. A segunda refere-se à estatura ou aos detalhes do símbolo. Ou seja, visibilidades como volume, elevação e perspectiva podem conferir maior importância. A terceira escala se refere ao número de coisas que o símbolo pode dar importância. Se um objeto simboliza diversas coisas ao mesmo tempo, ele pode conferir centralidade. E a quarta, trata do número de símbolos por si mesmo. A concentração de diversos símbolos em um mesmo lugar pode contribuir para caracterizá-lo como central.

O Luzeiro foi construído para obedecer intimamente a estas diversas lógicas. Na questão da escala ele é uma torre de 111,5 metros de altura longe do alcance dos monumentos que lhe estão próximos, com 38 metros de base construídos, 256 toneladas de peso, todo em aço, metal considerado nobre. Seu apelo da mais alta tecnologia visa passar a sensação de massiva evocação de modernidade: progresso, riqueza, contemporaneidade, prestígio e audácia arquitetural. Estas são algumas de suas principais marcas. Mas isso não quer dizer que sua localização o conduziu naturalmente à captura simbólica dessas representações, correspondentes ao poder simbólico para o qual foi desenhado.

O monumento foi estrategicamente alocado próximo ao marco zero da cidade, na interface de duas áreas de forte apelo à visitação religiosa. De um lado estão a Basílica Menor de Nossa Senhora das Dores, a casa onde morreu padre Cícero, hoje museu. Adiante a Capela do Socorro, onde padre Cícero está sepultado, lugar de outros símbolos populares e oficiais de visitação. De outro lado, estão o Horto e a estátua de padre Cícero, pontos mais recentes de peregrinação. Com esta localização o Luzeiro poderia se tornar absoluto, pois funcionaria como força centrífuga simbólica maior, atraindo para si todas as atenções e incorporando os significados políticos e religiosos para o qual foram direcionados. Aliar-se-ia assim, política, economia, turismo e espiritualidade num mesmo lugar.

A temporalidade do Luzeiro tornou-se representativa em dois aspectos. A data de sua inauguração, dia primeiro de novembro (Festa de Todos os Santos) de 2005, período de uma das três maiores concentrações de romeiros na cidade. Fase em que já se evidenciava pré-campanhas eleitorais nas disputas previstas para 2006. O governador do Ceará, à época, Lúcio Alcântara (PR), teve o apoio do empresário e ex-governador do Estado, Tasso Jereissati, que por sua vez transmitia confiabilidade à Geraldo Alckmin (pré-candidato à presidência da República), no sentido de servir como aval de legitimidade a um político sem nenhuma expressão na região (AZEDO, 2005). A legitimidade é uma noção chave da teoria política e faz referência à “aceitação” da autoridade na política a qual está inserida (SCHNEIDER, 2008). Já na Romaria das Candeias (janeiro/fevereiro de 2006), fortemente marcada pela simbologia da iluminação aos romeiros, o Luzeiro paradoxalmente não representou a mesma relevância política e religiosa.

Contudo, todo esse jogo político/religioso já demonstrava claramente a reaproximação da Diocese do Crato com o Município de Juazeiro do Norte, atualmente tomando forma explícita pelas intervenções de campos de força locais – encabeçadas por Dom Fernando Panico, atual bispo - atuando para a reabilitação sacerdotal de Padre Cícero junto ao Vaticano. Levando em consideração as romarias, Oliveira (2010b, p. 45) chama atenção afirmando: “As festas de setembro e fevereiro, abrindo e fechando o grande ciclo anual das romarias são objetos centrais de repactuação da diocese com o poder público”.



Na romaria das candeias milhares participam dessas encenações rituais da religiosidade popular. Espetáculo tradicional realizado no mês de fevereiro de cada ano pelos fiéis, que caminham em procissão com velas acesas. Assim, a procissão das velas (representação da luz natural e interior), baseada em tradição criada por Padre Cícero, manteve a primazia sobre o simbolismo da torre (luz artificial e exterior), com a qual não se articulou política ou religiosamente.

Monsenhor Murilo, liderança eclesial muito popular na cidade, foi decisivo nessa inauguração e um dos pioneiros na valorização das romarias como estratégia de desenvolvimento de Juazeiro do Norte. Até a data de sua posse, na Paróquia de Nossa Senhora das Dores (1958), não havia uma pastoral voltada aos romeiros. Assessorado por um grupo seletivo de irmãs pertencentes a ordens religiosas e padres próximos, Monsenhor Murilo pôs à frente seu projeto de trabalhar a pastoral junto aos peregrinos através de conversas pessoais, aconselhamentos, no sentido de aproximá-los da Igreja Oficial. O objetivo dessa pastoral era a de compreender racionalmente o universo simbólico dos romeiros, valorizar sua realidade religiosa simbólica e levá-la aos outros padres para que se iniciasse um processo de aceitação já que a cultura popular romeira era negada pelos sacerdotes que não viam com bons olhos esse movimento (PAES, 2006; 2011).

A inauguração do Luzeiro foi oportunidade na qual a imagem de padre Cícero saiu, mesmo que por poucos metros, em procissão oficial apoiada pela Igreja Católica (ARAÚJO, 2005) liderada por Monsenhor Murilo. A estimativa prevista da presença de 500 mil fiéis neste dia de inauguração reforçou a visão estratégica dos políticos opositores à situação governamental, que viram nos devotos de padre Cícero um caminho e possibilidades de reviravolta na campanha, pois presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mantinha à época, na região, o melhor índice de aprovação sobre seu mandato.

Para tal evento foram encomendadas réplicas tanto do Luzeiro quanto da imagem de padre Cícero, a fim de serem levados em andor até o luzeiro monumental original (Figura 2). Ou seja, a imagem de padre Cícero não saiu sozinha no cortejo; ela foi estereotipada, como uma cópia do luzeiro original. Para esta atitude cabe uma reflexão: se o Luzeiro foi, em primeiro momento, comparado à imagem simbólica de padre Cícero, temos agora o contrário, a imagem do padre se assemelhando a uma coisa, a um objeto. Seria o que podemos dizer uma representação da representação, ou melhor, duas composições simulacros como aponta Baudrillard (1978), o primeiro fingindo ser o que não é. Já o segundo é, e fingindo não ser o que é. Concluindo: padre Cícero em duas formas inumanas hiperreais.

Estabelecendo uma melhor compreensão, o ordenamento do lugar a ser iluminado, ou seja, o Largo da Igreja das Dores e seus arredores se tornaram um programa tecnocrático de transformação da simbologia local em um panótico físico. De uma luz que conduzia ao espiritual, à interioridade, à hierohistória de busca de uma luz transcendente, passou-se à luz aberta à exterioridade, o da história progressista, prometeica, da luz monopolizada e construída nos preceitos da razão sem alma e impondo nova identidade (WUNENBURGER, 1999). O objeto técnico Luzeiro do Sertão, de escala colossal, foi conduzido tanto à função “semafórica”, porquanto assinala e situa ao mesmo tempo na geografia urbana de Juazeiro do Norte um sinal visual solene de reconhecimento através da luz, chamariz para a devoção de tradição católica e atração turística, quanto “semiofórica”, o que o deixa juntamente com a cidade mensagens códigos a serem decodificadas. O equipamento foi bento neste dia pela Igreja com a presença solene de padre Zezinho e ainda hoje se encontra absorto no vácuo e flutuando no profundo vazio afetivo de suas próprias estruturas internas e externas.



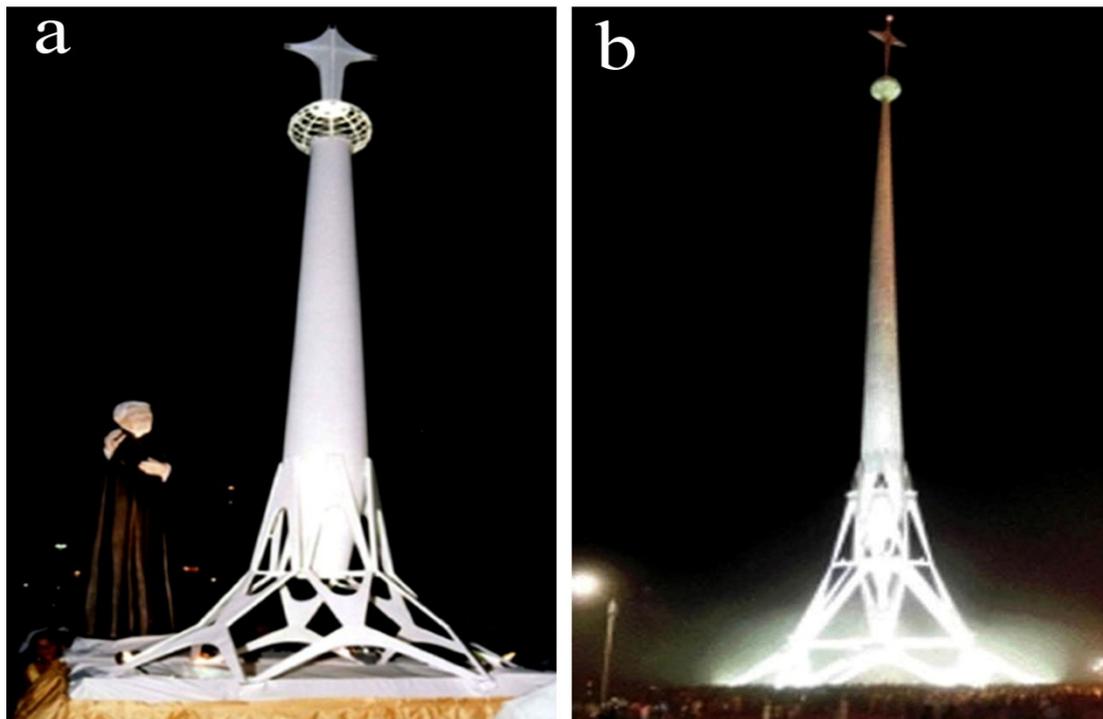


Figura 2 - Andor com imagem e réplica do Luzeiro e o Luzeiro original

A figura “a” mostra imagem de Padre Cícero como réplica do Luzeiro, seguindo em procissão da Basílica Menor até o local do Luzeiro original. Fonte: Maria de Lourdes de Araújo. A figura “b” apresenta o momento da explosão das luzes durante sagração do artefato em ato de culto oficial no dia primeiro de novembro de 2005. Fonte: “<http://www.flogao.com.br/betofernandes/30980747>”.

Desta maneira, a estratégia de elaboração do plano luminoso da torre destinada à sua valorização como patrimônio remete-se à metáfora do exercício óptico, método exemplar das utopias racionalistas. Se de um lado, as utopias antes do Renascimento utilizavam o sol como linguagem metafórica, para ligar suas luzes análogas à Luz divina, com o Iluminismo as novas utopias procuraram castrar este imaginário, via a racionalidade científica. A construção de artefatos técnicos seria capaz de emitir suas próprias luzes, desafiando e forçando a ressignificação dos sentidos de salvação e redenção; seus simbolismos de onipotência e de omnivisão foram trazidos para o mundo terreno e aperfeiçoados no mundo racional (WUNENBURGER, 1999; 2003). Esta é uma referência à ciência e aos artefatos produzidos tecnicamente utilizando-se vidros e espelhos os quais estabeleceram sua onnipresença no mundo concreto, tentando desligar-se completamente do mundo suprassensível e pleno de imaginação. Então o possível passou a ser visto somente pela luz artificial, ou melhor, por intermédio do hiperracionalismo (WUNENBURGER, 2002).

A iluminação da Torre, neste sentido, foi considerada fator preponderante para candidatar o monumento como bem patrimonial. A carga simbólica depositada em suas representações foi excepcional. Não é à toa a ideia de luzeiro, artefato noturno marcado pela luz artificial para enquadrar a nova cenografia na cidade, amplia-se significativamente no intercâmbio com outras paisagens urbanas (FORTUNA, 1999). É o poder do espetáculo proporcionado pela tecnologia das luzes para iluminação noturna e sua evolução aos modos de vida da sociedade moderna. Estendendo por 24 horas a luminosidade operações mercadológicas, entre as quais as romarias turísticas pode se enquadrar. Os serviços, os lazeres são levados à vida noturna com vistas à promoção da imagem festiva, a qual necessita de planos de iluminação específicos. Os jogos de ações políticas se encontram por todos os lados desse processo. No embelezamento de espaços urbanos, tanto em grandes quanto em médias e pequenas cidades a utilização da luz em todas as formas e densidades se tornou elemento essencial de propulsão econômica ligada aos lazeres (GONZALEZ, 2010).

O Luzeiro, construído tecnicamente para ser manipulado sob o jogo de luzes invertidas (apagar-se no dia e brilhar na noite) cria uma cenografia estonteante em um lugar referencial do sítio urbano. E assim, com o acender de seus holofotes, o espetáculo propiciado pelas luzes romperia o vácuo da escuridão e a revelação da morfologia da torre mostrada às claras se assemelharia à aparição de uma divindade metálica gloriosa irradiando para a eternidade (CHOAY, 2006). Uma alegoria “catedral” – conjugando toda área do enfrente à Basílica menor - apareceria aos olhos da grande multidão. A luz artificial deste momento poderia atrair e conduzir um novo rebanho: os turistas idealizados pela altivez de seu brilho.

O domínio óptico da luz pelos artefatos, quando de sua ampla e eficaz disseminação, seus raios tornaram-se técnica e, posteriormente, ciência, possibilitando “[...] idealizar o real, contemplá-lo claramente, sem o obstáculo da rudeza e resistência das coisas quando vistas pelo olho imperfeito, sem óculos corretores” (WUNENBURGER, 2003, p. 102). A grandiosidade do evento na inauguração do Luzeiro foi descrita longamente nestes termos pela empresa que o projetou. Reflete a tentativa de sedução hipnótica do artefato, por meio das luzes artificiais lançadas às retinas do grande público, mostrando-lhes um novo lugar possível. A simbologia do imaginário técnico em sintonia com o poder de persuasão elaborando a retórica de que a sociedade em geral esteja convencida dessa “realidade” e a fascinação da sociedade do espetáculo há muito denunciada por Débord (1997) são utilizadas para serem confundidas com a simbologia do imaginário criativo das romarias. Vejamos o discurso da empresa responsável pela instalação

A basílica está cheia de romeiros. Pedidos, graças alcançadas, esperanças, dores curadas enchem o ar. A missa mais esperada do ano acaba. Como um Moisés do sertão Monsenhor Murilo conduz seu povo em direção ao grande Luzeiro. O mar já não precisa mais ser vencido. O mar aqui é feito de gente que com seu caminhar cadenciado se move como uma onda gigante. Na frente um andor com a imagem do Padre Cícero a olhar para um Luzeiro replicado pelas mãos da fé. A procissão segue entoando preces e cânticos. O cortejo cruza o limite da grande área que abrigará as futuras missas campais. O espaço é gigantesco, totalmente livre para acolher a grande multidão na sua busca do sagrado [...] Basílica imaterial onde a abóboda celeste é sua nave. Basílica sem paredes, sem portas, sem limites. O minério laminado ganha forma com o corte preciso do plasma e as soldas embutidas. Tubos transformam-se em esfera. Solta no ar, livre da gravidade visual, paira soberana a grande cruz. Toda branca reflete as cores do dia e transforma-se em farol com a chegada da noite. Sete estágios, sete geometrias, sete níveis separando o sagrado do profano. Geometria matemática materializada em aço. Elo conector do mundo conhecido com o que sonhamos conhecer (Fonte: [www.munizdeusdara.com.br](http://www.munizdeusdara.com.br))

Esta simbologia em torno do termo “luzeiro” foi capturada e ajustada de uma passagem bíblica. Passagem a qual remonta ao episódio de surgimento da luz criadora da vida no universo, e iluminadora do mundo terreno. É a passagem intitulada “Hino da Criação do Universo”. A Torre do Luzeiro então foi benta ao escurecer natural do céu e clareada artificialmente, imprimindo nela e ao seu redor os focos de sua iluminação, o lugar foi convertido em espécie de templo a céu aberto, um santuário ritual para reforçar que ela, a partir daquele momento, estava munida de poder religioso oficial abarcando toda a cidade, o que ocorreu com sua sagração.

A construção e inauguração de uma torre, com volume e textura tão diferenciados no urbanismo da cidade, corresponde a uma vontade explícita, de governantes e Igreja Católica, em atualizar suas representações de poder regional. Atualizar, inclusive, sua inserção na esfera econômica, já lembrada no ícone-símbolo de Fortaleza; que se encontra plenamente alinhada com a manutenção do domínio católico frente a outras demandas confessionais e religiosas, pouco interessantes às vantagens simbólicas dessa composição.

Neste caso, específico da Igreja, deve-se refletir sobre as formas adaptativas das práticas religiosas pós-modernas na reconstituição de equipamentos patrimoniais e espaços seculares, orientados às novas formas rituais de mobilização católica. Seguindo os moldes de igrejas e organizações protestantes (pentecostais), na promoção de eventos “[...] que retroalimentem os santuários



tradicionais e consolidem espaços [e objetos] não religiosos centros massivos de espetáculo da fé católica” (OLIVEIRA, 2009, p. 144). Portanto, o que se operou foi a orientação de um espaço e um objeto patrimonial turístico, ambos sacralizados em momento de culto. Desta forma, não se tratou de um acontecimento estranho, artificial, no sentido de um ritual fora dos cânones das tradições católicas, mas da capacidade da Igreja contemporânea em renovar suas alianças e estratégias de manutenção do poder regional.

O processo de construção das torres participa do complexo sistema de discursos justificadores de diferentes atores no que concerne suas lógicas simbólicas para interesses diversos. A torre do Luzeiro ilustra particularmente a ideologia da construção de um objeto inventado a ser patrimonializado em campos distintos de interpretação. Ele não somente seria posto no espaço urbano como recurso turístico apesar da intencionalidade primeira do discurso econômico para este fim, mas como objeto estratégico de negociação entre as esferas institucionais Estado, Município e Igreja, cada um criando imaginários e simbologias em seu próprio favor. Assim, este processo de produção patrimonial sobressai-se direcionado via uma série de vetores (forças) simbólicos (OLIVEIRA, 2011). Em especial, o político, o religioso e o econômico, que torna a mídia uma arma indispensável. Primeiro, o objeto foi designado pelos poderes políticos (municipal e estadual); depois foi associado e apropriado pelo poder religioso através de sua sacralização e colocado no circuito do cotidiano como produto eficaz da economia turística. Igualmente foi midiaticizado para que a sociedade nele se reconhecesse. Enfim, o objeto foi revestido destas dimensões no sentido de ser reconhecido como patrimônio ativo principalmente nestas esferas.

A invenção Luzeiro do Sertão, aliada à sua morfologia e localização espacial na cidade de Juazeiro do Norte, não é somente uma ilustração dos processos capazes de converter um objeto espacial em símbolo. São também, como nos remete Monnet (2000), uma evidência do ciclo de interação entre investimento simbólico em lugares já valorizados por uma centralidade de outra ordem, no nosso caso a religiosa, e o ordenamento urbano que procura construir uma centralidade nos lugares envoltos nessa condição. Corrêa (2007a; 2007b) estudando o significado, a espacialização das formas simbólicas e a evolução dos monumentos, no contexto da análise geográfica, discorre sobre estas funções que estão diretamente ligadas à idealização da construção do monumento, ora em estudo.

Neste sentido, levando em consideração suas reflexões e a outras associadas ao Luzeiro do Sertão podem-se estabelecer as seguintes características ou funções:

- a) de perpetuar um imaginário progressista às concepções de cidade e estado, fazendo com que este conjunto de ideias sobre desenvolvimento pareça muito mais antigas. Uma estratégia de segurança, justiça e da felicidade capaz de esconder a “harmonia conflitual”, ou a unidade tensorial das realidades do lugar (WUNENBURGER, 1985);
- b) fazer com que este novo, parecido antigo, se transforme em tradição. Tradição esta que, mesmo inventada, possa assegurar os objetivos desejados;
- c) transmitir a ideia de que o símbolo se constitua um bem de propriedade coletiva e não de grupos seletos;
- d) ocultar as relações de poder que lhe é intrínseco, tornando esse poder invisível à maioria, porém afirmando existir neutralidade e harmonia entre os grupos dominantes e a sociedade;
- e) antecipar e criar novas expectativas garantindo que o futuro prometido já chegou, está presente, e ainda o de poder deixar-se sonhar com um novo futuro a ser alcançado, mas constantemente voltando e rememorando um passado glorioso;
- f) criar “lugar de memória” através do “mito político”, guardião da tradição, ancorado no passado (BERDOULAY; CASTRO; GOMES, 2001) no intuito de ali se estabelecer o sentido



de coesão social, de uma identidade coletiva homogeneizada coadunada aos poderes a ser associada a um futuro comum para mostrar que não há qualquer forma de exclusão; e

g) criar um simbolismo de caráter essencialmente positivo no contexto da vida social da cidade daqueles que a dirigem, a governam e exercem influência na vida local.

Como a característica da comunicação simbólica é a de por em ordem relações de instâncias diferentes (MONNET, 2000) - Município, Estado e Igreja – tiveram finalidade de, a partir do Luzeiro, dar visibilidades à convergência de suas intenções. Para os governos, Padre Cícero, espelhado na torre, seria o patrono do sucesso econômico e turístico. Para o clero, antídoto contra os opositores evangélicos (LIRA NETO, 2009a; 2009b) e chamariz de cooptação de fiéis reforçado pela ideia de sua reabilitação como padre. Eis, portanto, o papel indispensável dos monumentos na primeira metade do século XXI: promoverem a convergência de interesses em nome de causas justificadas pela dinâmica de valorização patrimonial. Mas qual o custo contextual dessa promoção? Veremos na sequência.

## UM PATRIMÔNIO À DERIVA

Entretanto, a intenção de uma renovada aliança entre Estado e Igreja, por meio do Luzeiro para se construir um templo político-religioso não se sustentou. Em pouco tempo, o Luzeiro “implodiu” sobre seus próprios pés, sendo rejeitado em todos os âmbitos. O discurso oficial em níveis estadual e municipal de que o Luzeiro representaria um símbolo e um ponto de referência de atração de turistas ideais não ocorreu; como também não adquiriu adesão social; fracassou também a intenção de cooptar fiéis para sua adoração, apesar de seu batismo. A comunidade juazeirense incorporou o símbolo como uma ostentação política e religiosa de caráter secundário. Um ponto (entre tantos) distante na paisagem urbana e constante nas intenções do poder que não é nem divina, nem profética.

Se os bens patrimoniais urbanos são considerados ferramentas privilegiadas da turistificação em espaços referenciais da cidade, a invenção do Luzeiro, como elemento patrimonial moderno limitou-se pela precipitação ideológica dos interesses particulares. A política cultural para o turismo em Juazeiro do Norte tem proposto uma linguagem única de patrimônio: da petrificação imediata frente a um único objetivo convincente: o alcance econômico. Choay (2006) nos chama atenção quando afirma que o esquecimento, o desapego e a falta de uso fazem com que os patrimônios sejam deixados de lado e abandonados. No caso do Luzeiro nem o uso ocorreu, pois sua justificação restritiva limitou-se a manipulação econômica estritamente ligada a uma turistificação mais retórica do que convencional. Ele já nasce sem “aura”, um simulacro pleno e sem vínculo simbólico minimamente trabalhado nos valores locais (GONÇALVES, 2002). Sua origem já anunciava os monumentos de concepção midiática, monumentos signos (CHOAY, 2006).

A lógica restritiva do planejamento turístico religioso da torre proporcionou sua imediata decadência. Isolou-a como signo de referência espacial, enquanto seu entorno vai sendo engolido pela especulação imobiliária, operando atualmente como estacionamento de ônibus. Mas como bem anuncia Corrêa (2005, p. 13), “[...] os monumentos politicamente concebidos enquanto construções sociais são portadores de ambiguidades. Sua capacidade de comunicar aquilo que deseja seus idealizadores pode ser limitada, e até mesmo seus significados podem ser contestados”. No caso do Luzeiro, ele foi completamente negado.

Colapsado, material e simbolicamente, o Luzeiro do Sertão apesar de participar com destaque e ininterruptamente das campanhas publicitárias do marketing urbano associando-o à silhueta e ao perfil imagético da cidade, atualizou-se objeto de desprezo tanto para a população quanto para visitantes. Paradoxalmente, os próprios órgãos governamentais e eclesiais, passaram a ignorar seu redirecionamento funcional, mesmo após as homenagens cívicas estabelecidas no centenário da cidade de Juazeiro do Norte (2011).



A Igreja Católica, que inicialmente admitiu reverência e sacralidade ao monumento, abandonou-o. Tal descaso foi mais significativo para os romeiros que não tiveram qualquer estímulo litúrgico para construir sua valorização, reduzindo sua visibilidade, no centro da cidade-santuário como a condição de imagem estéril (WUNENBURGER, 1985). Os roteiros representativos da fé popular, portanto, independentemente das novas iniciativas oficiais (de Igreja e governos) reproduzem os espaços luminosos dos “lugares de patrimônio”; confirmam assim a distância entre a religiosidade popular e os interesses imediatos do poder constituído.

Vê-se que algumas razões são capazes de explicar, de forma unificada, as intencionalidades associativas do Ícone de Fortaleza com o Luzeiro do Sertão. Primeiro o exagero imagético proporcionado: os dois ícones, ao serem projetados nas respectivas paisagens urbanas das aglomerações, tentariam incutir um efeito “torre Eiffel” na memória dos habitantes e visitantes. Depois, os ícones remeteriam à simbologia simultaneamente internacional e localista, como ordem de sucesso/progresso, que passa pela representação turística: litorâneo para Fortaleza e religioso para Juazeiro. Ambas as torres, apesar de expressarem regionalidades distintas (litorânea e sertaneja), foram investidas de atributos aceleradores da urbanização metropolitana: obedecendo, assim, às mesmas lógicas de compromisso com o futuro. Mas um futuro destituído de sustentabilidade cultural e política.

A reflexão em torno de como o monumental Luzeiro foi posto à deriva favorece a compreensão dos limites geopolítica da visibilidade. Uma forma de produção de novas alianças fadadas a canalizar recursos de poderes laicos e religiosos e gerir a efemeridade dos pactos políticos hodiernos. Mas sem qualquer garantia de aprimoramento do uso e representação cultural, principalmente quando outros elementos urbanos necessários à renovação de tais alianças não se apresentam. Por exemplo: práticas e atividades comerciais nos arredores do luzeiro, atos processionais, serviços culturais como casa de exposições itinerantes, etc. O Luzeiro é tão idealizadamente central que se tornou um ícone absolutamente periférico de todos os usos cabíveis que sua representação poderia (ou deveria) demandar. Tornou-se paradoxalmente invisível, portanto, mesmo quando permanece aceso.

O entendimento dessa geopolítica contraditória da visibilidade remete à sociedade do espetáculo, no sentido de explicitar que esta centraliza suas ações no que é “ideologicamente” visível, em oposição às demandas pelo que seja transparente. Há que se fazer aqui uma ressalva para se diferenciar o termo no pensamento de Wunenburger (2003) sobre a utopia da sociedade atual. Para ele, a utopia do mundo ultrarracionalista moderno se caracteriza pela obsessão que tem pela transparência, só que essa obsessividade “[...] longe de marcar o triunfo da razão, apenas actualiza uma polaridade geométrica, em última análise ameaçadora e opressiva” (WUNENBURGER, 2003, p. 18). Por esta razão “para reproduzir-se como tal [leva] às últimas consequências a necessidade de mecanismos de incitação simbólica” (SILVA, 2006, p. 26). Ou seja, as tecnologias utilizadas para a construção dessa incitação e do imaginário que lhe compete não se trata exclusivamente de uma “manipulação”; traduz de fato a densidade da dupla “sedução”: as lideranças (políticas e eclesiais) são absolutamente seduzidas pelo dever/direito de criar ícones capazes de encantar ou seduzir por si.

A organização obsessiva do espaço urbano realiza-se, segundo Jeudy (2005), seguindo operações quase incontroláveis do visível, desembocando no ato sedutor. Esta exacerbada visibilidade, segundo o autor, produz cegueira pelo fato de que, constantemente incitado a representar e a se representar na proliferação de signos de toda espécie – sejam eles artísticos ou culturais, mas afinados com a destinação turística - os cidadãos são, ao mesmo tempo, estimulados a não ver mais nada. E dependendo no nível de efemeridade constituída na ostensiva sedução daí ocorre que, nem mesmo o objeto sedutor torna-se mais visível. A negação do Luzeiro faz parte desta articulação entre a frenética sedução midiática e a exacerbação do visível, o que o torna ausente de uma imaginação criativa assentada na maturação das tradições populares.

Weber (2006) leva estas reflexões sobre credibilidade para o domínio do político. Este processo agrega-se ao Luzeiro em sua contextualização, pois ele implica inserir-se necessariamente numa lógica de ordenamento virtual: cria-se um ícone hegemônico como se faz uma propaganda gover-



namental: a visibilidade trona-se uma peça publicitária para rápido esquecimento. Neste sentido, a visibilidade do projeto poderia lograr êxito se os promotores da construção refletissem o quanto um canhão de luz ou uma fonte de holograma, funcionando apenas por um período do ano (e no horário noturno) teria capacidade de ocupar (mais e melhor) a lógica da sedução por visibilidade; sem cair no abandono de sua representatividade material e patrimonial.

A visibilidade do ícone Luzeiro do Sertão, de forma geral, não conseguiu concretizar sua funcionalidade como atrativo turístico e nem chegou a se consolidar definitivamente como ponto de referência iconográfica, patrimonial, de orientação das representações paisagísticas da cidade. Seu diálogo exclusivo com os enunciados da modernidade e da soberania das instituições oficiais distanciou essas representações da patrimonialidade que marca a cultural popular das romarias; transformou-as em “fantasmas iconográficos” (MONNET, 2006). É um contrassenso representar o espaço público de Juazeiro do Norte sem as “paisagens rituais” das romarias (OLIVEIRA, 2009), ou dimensão que associa suas mega celebrações com o processo de carnavalização da ritualidade religiosa (OLIVEIRA, 2007) pois as mesmas desenharam e continuam desenhando a evolução urbana e o sentido da cidade. A tentativa de difusão do Luzeiro, como ícone idealizado e construído, assegurou até aqui a impossibilidade de tornar eficiente a modernização das formas espetaculares como simbólicas, sem a mínima reincorporação da autenticidade de ocupação e uso popular efetivo.

### “LUZEIRO” PLANTADO, “LUZEIRO” COLHIDO: UMA COMPARAÇÃO POSSÍVEL.

Para a cidade de simbolismo dinâmico, preenchida de “utopias criativas”, estabeleceu-se um paralelo entre a forte afetividade vivida pelo “Luzeiro devocional”, ou seja, o monumento patrimônio Estátua de Padre Cícero na Colina do Horto, em contraposição ao artificial e de vazio afetivo, o Luzeiro do Sertão. Embora distantes na história iconográfica da cidade-santuário de Juazeiro do Norte, as tentativas de explorar os mecanismos estratégicos de parceria entre o catolicismo e a governabilidade oficial mostraram que os conflitos daquele momento, na década de 1960/70, tiveram resultados muito mais exitosos.

Há que se registrar o processo pelo qual a Estátua foi idealizada, reapropriada e revestida simbolicamente. No lugar onde hoje se encontra a estátua de Padre Cícero havia outro “monumento”, este natural: a árvore Timbaúba (*Stryphnodendron guianense*) carinhosamente chamada por moradores e romeiros de Pé de Tambor; por isso mesmo tão repleta de lembranças e simbologias. O porte da árvore era um dos seus destaques maiores. A altura e a frondosidade de sua copa sobressaíam-se na paisagem servindo de anteparo ao sol proporcionando acolhimento para descanso daqueles que para o Horto se deslocavam no sentido de acompanharem padre Cícero em seus retiros. O tronco, para ser abarcado, seria necessário não menos do que seis homens. Isto dotava a árvore de um poder sobrenatural praticamente indestrutível, pois, além de estrutura física descomunal em relação às árvores de outras espécies do lugar, ela era considerada sagrada e localizada em lugar não menos sacralizado. A árvore Pé de Tambor era a identidade mítica do Horto e expressão íntima de acolhimento, característica forte e marcante em Padre Cícero (CARVALHO, 1998).

Porém, este símbolo foi extirpado de seu lugar para obedecer a duas lógicas sequenciais; e com relativa semelhança às intencionalidades do atual (artificial) Luzeiro do Sertão. Primeiro ele foi arrancado literalmente de seu ambiente natural por forças antagônicas à religiosidade popular. Segundo, ao se fazê-lo, tentou-se retirar do povo todo o imaginário ao qual estava associada. Anunciou-se a morte física e imaginária de um símbolo considerado arcaico a ser substituído por um signo da modernidade.

Isso ocorreu devido a um acontecimento histórico novo, de ordem tecnológica que chegou ao Ceará na década de 1960. Tal fato contribuiria decisivamente como aviso e prenúncio do fim do símbolo “Pé de Tambor”. Este acontecimento correspondeu à chegada da televisão e suas estruturas



de transmissão por antenas de porte. A televisão foi colocada como condição necessária e imprescindível para a entrada da cidade de Juazeiro do Norte no mundo moderno, pois seria ela divisora de águas entre o atraso e a modernidade, a vinda do progresso, da superação das tradições pelo novo anunciado, ou seja, as torres de transmissão (CARVALHO, 1998). O corte do pé de tambor foi idealizado com o objetivo de se dissolver, definitivamente, o ajuntamento de romeiros em direção ao Horto, situação essa considerada incômoda para uma cidade que entrava na “civilização”.

A hipótese para tal episódio é o que podemos chamar de uma primeira tentativa de construir uma forma de geopolítica da visibilidade (MONNET, 2006). Tentou-se substituir um símbolo social natural por signos artificiais da modernidade, ou seja, as antenas de repetição as quais representariam a força simbólica de uma elite política sobre as representações da religiosidade popular. A derrubada do pé de tambor tornava visível o poder daqueles que a comandaram, ou seja, o Município com apoio da Igreja.

Essa geopolítica de visibilidade, entretanto teve uma descontinuidade proporcionada pela reação popular que desembocou em outro pacto: a iniciativa de construção da estátua de Padre Cícero, já que a derrubada do Pé de Tambor, justamente para abafar a revolta popular frente àquela imposição. A ideia foi a de colocar a estátua em sintonia, primeiro com a imagem do seu idealizador, neste caso Mauro Sampaio, prefeito da época e, ao mesmo tempo, associá-la à simbologia religiosa do padre na tentativa de apaziguar as controvérsias geradas a partir da extinção do símbolo árvore timbaúba. Neste sentido, a estátua iria cristalizar o sentimento difuso e verbalizado que os romeiros já nutriam por Padre Cícero (CARVALHO, 1998). A construção da estátua, dessa forma, controlaria as emoções e os sentimentos dos moradores e romeiros.

Sendo a estátua elaborada para ser conduzida em mão única, ou melhor, a de fornecer um legado político forte a uma pessoa influente da cidade, ela acabou inesperadamente em mão dupla, o que reverteu sua simbologia. Primeiro levou-se a coletividade a substituir suas emoções e sentimentos em torno da árvore timbaúba para a estátua, como observado. Ocorrendo isso, automaticamente, as emoções e sentimentos direcionados à estátua seriam reconduzidos para aquele quem a construiu fazendo com que seu idealizador adquirisse respaldo e simpatia política. Estratégia bem sucedida, só que paradoxalmente a estátua se transformou no principal símbolo da cidade e dos romeiros. A estátua foi reinvestida social e coletivamente.

Dessa forma, de uma patrimonialização inicial, ligada ao gesto e a intencionalidade política, a estátua foi reapropriada como patrimônio pela força das emoções e dos sentimentos dos que cultivam a memória de padre Cícero. Se a estátua deu forma à fé de um povo na substituição de monumentos isto irrompeu porque tal fé estava diretamente vinculada à afetividade que era nutrida pelo Pé de Tambor e pela figura de Padre Cícero. A estátua foi transformada, simbolicamente, na própria imagem do ser Padre Cícero. E isso ocorreu principalmente através do afluxo do mecanismo cultural religioso das romarias, o que favoreceu na conjuntura de reconversão desse ícone, até então muito visibilizado por sua dimensão política. A força simbólica dessa reconversão contribuiu para que a estátua entrasse no tecido social como uma valorização patrimonial da religiosidade popular.

Desde então, os conflitos foram, evolutivamente, contornados e, de um patrimônio de essência e eficácia política, transformou-se em um patrimônio de eficácia social mítico-religiosa. Após duas décadas, a estátua assentou-se definitivamente no imaginário coletivo local e regional como patrimônio comum. Plantada no conflito e em resposta afetiva a outro ícone popular, a estátua forja um questionamento instigante ao processo de representação urbana e patrimonial do Luzeiro do Sertão. Qual semente religiosa se pode colher no lugar em que este novo ícone foi cultivado?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens que visitamos até aqui para pensar o Luzeiro do Sertão – seja para configurar sua efetivação na recente tônica de modernização turística ou detalhar os porquês de sua deriva –



sustenta uma resposta radical para a pergunta acima: nenhuma semente religiosa. Ícones projetados para um sentido religioso das alianças de poder, não traduzem os conflitos arquetípicos sobre os quais “o fenômeno sagrado” precisa irromper. No “luzeiro devocional” da estátua isso foi possível da mesma forma que na imagem sertaneja de Padre Cícero na liderança que ele constituiu. O monumental Luzeiro do Sertão é a representação passiva e ostensiva de uma aliança sem consistente legitimidade simbólica. O que não significa dizer que não viria, num futuro próximo ou distante, catalisar elementos patrimoniais urbanos para reconfigurar sua proposta. O que significa necessariamente acompanhar sua incorporação a outras representações sociais para indagar como isso seria possível.

Já considerando as estratégias relacionadas ao Luzeiro do Sertão, apesar do dinâmico e energético mecanismo de aprimoramento dos poderes instituídos – eclesial, estatal e empresarial - pode-se afirmar que, em oito anos de existência, sua luminosidade tem a eficácia das confusões institucionais entre “políticas públicas de/para Turista” e “Políticas Públicas de/com Turismo”. As primeiras são expressões da abismal tendência em simplificar com obras de engenharia legalista tudo aquilo que não se quer estudar para não complicar. Quando as segundas é que deveriam desenhar o processo interdisciplinar do planejamento e gestão do setor em parceria com todos os outros setores sociais. Mas a paixão, pela prática das imitações e pela imagética das ostentações, ignora a trama da realidade social e cultural da geografia do lugar. Por isso não vê o Turismo nas romarias, nas visitas comerciais, nos múltiplos serviços urbanos de Juazeiro do Norte.

Observado em sua “perdição” turística e simbólica atual, condição tão pouco favorável à conjuntura de conversão a patrimônio verdadeiramente religioso, o monumento continua traduzindo um “contrassenso”. Uma obra tão pós-moderna quanto pré-moderna. Um esqueleto da visibilidade, incapaz de atrair soluções dos guardiões da política (eclesial e governamental) que o contemplam como uma representação vazia; sem qualquer paralelo com a monumental estátua de Padre Cícero, na colina do Horto. Nota-se, portanto, que apesar do processo de dinamização simbólica do religioso ser capaz de avivar ícones por mais artificiais que eles sejam, fazendo com que dialogue com outras estruturas patrimoniais ao seu redor, essa estratégia patrimonial recente terminou malfadada.

O Luzeiro do Sertão (e do Nordeste), ambicioso e descomunal em aparência, pode ser considerado, neste contexto um “parasita utópico”, no contexto urbano de Juazeiro do Norte. Traduz de forma estática e antiquada o tempo dinâmico e pluridimensional dos sonhos e das esperanças de povos sertanejos; projeta a “utopia fria” de um futuro programado, ou seja, à racionalização unidimensional e do espaço-tempo sobrepujado pelo discurso racionalista do progresso insustentável: aquele simplismo óbvio que diz que só os ícones da modernidade importam para trazer a modernidade. Com isto, faz-se imperativo afirmar que com o Luzeiro do Sertão ocorre uma patrimonialização, sem apropriação de tensões nem pertencimentos coletivos. O que não se sabe – e decodificar o monumento é indispensável para este saber – é como (por que meios) novas estratégias de reversão simbólica e material pode apropriá-lo novamente, tanto no tecido urbano como no cenário turístico da fé e do sertão.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARAGÃO, R. F. **Das práticas marítimas modernas à elaboração da imagem turística de Fortaleza/Ceará**. 2005. 132 folhas. Dissertação (mestrado) em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA - da Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza, 2005.

ARAÚJO, Maria de Lourdes de. **A cidade do padre Cícero: trabalho e fé**. 2005. 260 folhas. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

AZEDO, Luiz Carlos. Alckmin tenta voar mais alto. **Jornal Correio Brasiliense**, 03 de novembro de 2005. Disponível em: < <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=229588>>. Acesso em: 15 dez. 2010.



BARBOSA, Renata. **Fortaleza**: arquitetura e cidade no final do século XX. 2006. 185 folhas. Dissertação (mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da cidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-28092007-154422/publico/Dissertacao\\_Renata\\_Horn\\_Barbosa.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-28092007-154422/publico/Dissertacao_Renata_Horn_Barbosa.pdf)>. Acesso em: 07 mar. 2012.

BAUDRILLARD, Jean. **Cultura y simulacro**. Traduzido por Pedro Rovira. Espanha/Barcelona: Editorial Kairos, 1978. Disponível em: <<http://hauntedhouse.comoj.com/archivos/ baudrillard-jean-cultura-y-simulacro.pdf>>. Acesso em 16 set 2010.

BERDOULAY, Vincent; CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo C. da Costa. L'espace public entre mythe, imaginaire et culture. **Cahiers de géographie du Québec**, vol. 45, n° 126, 2001, p. 413-428. Disponível em: <<http://www.erudit.org/revue/cgq/2001/v45/n126/023001ar.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2012. DOI: 10.7202/023001ar.

CARVALHO, Gilmar de. **Madeira matriz**: cultura e memória. São Paulo: Annablume, 1998.

CARVALHO, Rejane V. A. de. **Transição Democrática Brasileira e Padrão Midiático Publicitário da Política**. Campinas/São Paulo: Pontes, 1999.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. Edição. Tradução de Luciano V. Machado. São Paulo: Estação Liberdade: UNEP, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Monumentos, política e espaço. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia**: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Uma sistematização da análise de monumentos na Geografia. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, 1(1):9-22, jan.-jul., 2007a. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/viewFile/1139/850>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **GEOgraphia**, Vol. 9, No 17, 2007b. P. 7-18. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/212/204>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

COSTA, Liduína Farias Almeida da. **O sertão não virou mar**: nordestes, globalização e imagem pública da nova elite cearense. São Paulo: Annablume; ed. UECE, 2005.

DANTAS, Eustógio W. C. **Fortaleza et Ceará**: Essai de Geopolitique d'un Pays de Colonisation Tardive: de la décourverte à la mutation touristique contemporaine. 442 f. 2000. Paris: Thèse de Doctorat, Université de Paris IV – Sorbonne, 2000.

DANTAS, Eustógio W. C. Construção da imagem turística de Fortaleza. **Revista Mercator**. Revista de Geografia da UFC. Ano 1, n.1, 2002a. p. 53-59.

DANTAS, Eustógio W. C. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002b.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DI MÉO, Guy. L'identité : une médiation essentielle du rapport espace / société. **Géocarrefour**. Vol. 77 n°2, 2002. pp. 175-184. Disponível em: <[http://www.persee.fr/articleAsPDF/geoca\\_16274873\\_2002\\_num\\_77\\_2\\_1569/article\\_geoca\\_1627-4873\\_2002\\_num\\_77\\_2\\_1569.pdf](http://www.persee.fr/articleAsPDF/geoca_16274873_2002_num_77_2_1569/article_geoca_1627-4873_2002_num_77_2_1569.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2012. DOI : 10.3406/GEOCA.2002.1569.

DI MÉO, Guy. Composantes spatiales, formes et processus géographiques des identités. **Annales de Géographie**. t. 113, n°638-639, 2004. pp. 339-362. Disponível em: <[http://www.persee.fr/articleAsPDF/geo\\_00034010\\_2004\\_num\\_113\\_638\\_21628/article\\_geo\\_0003-4010\\_2004\\_num\\_113\\_638\\_21628.pdf](http://www.persee.fr/articleAsPDF/geo_00034010_2004_num_113_638_21628/article_geo_0003-4010_2004_num_113_638_21628.pdf)>. Acesso em 27 abr. 2012. DOI : 10.3406/GEO.2004.21628

DIDELON, Clarisse. **Une course vers le ciel**: mondialisation et diffusion spatio-temporelle des gratte-ciel. halshs- (Hyper Article en Ligne - Sciences de l'Homme et de la Société) -00598437, version 1 - 6 Jun 2011. p. 1-14. Disponível em: <[http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/59/84/37/PDF/Gratte-ciel\\_ok.pdf](http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/59/84/37/PDF/Gratte-ciel_ok.pdf)>. Acesso em: 16 dez. 2011.

ECO, Humberto. **Tratado de Semiótica Geral**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi e Gilson César Cardoso. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1976.

- FORTUNA, Carlos. **Identidades, percursos, paisagens culturais**: estudos sociológicos da cultura urbana. Oeiras: Celta, 1999.
- GONZALEZ, Edna Hernandez. **Comment l'illumination nocturne est devenue une politique urbaine. La circulation de modèles d'aménagement**: de Lyon (France) a Puebla, Morelia et San Luis Potosi (Mexique). 2010. 400 f.. Thèse (doctorat). Université de Paris-Est à l'École Doctorale Ville et Environnement Lab'Urba. Institut Français d'Urbanisme. France, 2010. Disponível em: <[http://tel.archivesouvertes.fr/docs/00/60/12/94/PDF/TH2010PEST1106\\_complete.pdf](http://tel.archivesouvertes.fr/docs/00/60/12/94/PDF/TH2010PEST1106_complete.pdf)>. Acesso em: 19 mai. 2011.
- GRAVARI-BARBAS, Maria; JACQUOT, Sébastien. L'événement, outil de légitimation de projets urbains : l'instrumentalisation des espaces et des temporalités événementiels à Lille et Gênes. **Géocarrefour**, Vol. 82/3 | 2007, mis en ligne le 01 octobre 2010 Disponível em: <<http://geocarrefour.revues.org/2217>>. Acesso em: 7 jul. 2012. P. 1-17.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Ed. Annablume, 2005.
- HAZAN, Vera Magiano. O papel dos ícones da contemporaneidade na revitalização dos grandes centros urbanos. **Portal Vitruvius**, 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arquitextos.asp>>. Acesso em: 14 jul. 2005.
- LIRA NETO. **Padre Cícero**: poder, fé e guerra no sertão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009a.
- LIRA NETO. O enigma Cícero: poder, fé e guerra no sertão. **Revista Nordeste vinte e um**. Ed. n. 4 – ano 1, agosto 2009b. p. 14-19. Disponível em: <<http://www.nordestevinteum.com.br/>>. Acesso em: 15 out. 2010.
- JEUDY, Henri-Pierre. **Espelhos da cidade**. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- MONET, Jérôme. Les dimensions symbolique de la centralité. **Cahiers de Géographie du Québec** • Volume 44, n° 123, dez. 2000 • p. 399-418. Disponível em: <<http://www.erudit.org/revue/cgq/2000/v44/n123/022927ar.pdf>>. Acesso em: 5 Dez. 2013. DOI : 10.7202/022927ar.
- MONET, Jérôme. Geopolitique de la visibilité: les icônes urbaines contemporaines à Mexico. In: ETHINGTON, Philip J. & SCHWARTZ, Vanessa R (eds.), **Atlas of Urban Icons**: Studies in Urban Visual History. Multimedia Companion to Special Issue of Urban History, May 2006, vol. 33, N°1 (Cambridge University Press). P. 1-23. Disponível em: <[http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/10/70/65/PDF/Icones\\_urbaines\\_a\\_Mexico-Monnet-fr.pdf](http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/10/70/65/PDF/Icones_urbaines_a_Mexico-Monnet-fr.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2012.
- OLIVEIRA, Christian D. M. de. Imaginário regional sacro-profano: estratégias diocesanas na interiorização do turismo no estado do Ceará. **Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2009. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=imagin%C3%A1rio%20regional%20sacro%20profano%3A%20estrategias%20diocesanas&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0CEoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fegal2009.easyplanners...>. Acesso em: 15 out. 2010.](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=imagin%C3%A1rio%20regional%20sacro%20profano%3A%20estrategias%20diocesanas&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0CEoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fegal2009.easyplanners...)
- OLIVEIRA, Christian D. M. de. Desafios contemporâneos das cidades-santuários no estado do Ceará (Brasil): políticas patrimoniais e diocesanas. **Geosaberes** – Revista de Estudos Educacionais da UFC, v. 1, n. 1, maio/2010. P. 37-51. Disponível em: <<http://www.geosaberes.ufc.br/seer/index.php/geosaberes/article/view/18/4>>. Acesso em: 27 abr. 2012.
- OLIVEIRA, Christian D. M. de. Festas Religiosas, Santuários Naturais e Vetores de Lugares Simbólicos. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 8, p. 93-106, ago./dez. 2011. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/209/RA807>>. Acesso em 22 ago. 2012. DOI: 10.5418/RA2011.0708.0007
- OLIVEIRA, Christian D. M. de. Festas Populares Religiosas e suas Dinâmicas Espaciais. **Revista Mercator**, ano 06, número 11, 2007. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/54/29>> Acesso em: 13 out. 2012
- PAES, Renata Marinho. Crônica de uma reviravolta anunciada. **Cadernos de Cultura e Ciência**. Universidade Estadual do Cariri. Vol. 1, n. 1, nov. 2006. P. 75-84. Disponível em: <[periodicos.urca.br/ojs/index.php/cadernos/article/download/57/51](http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/cadernos/article/download/57/51)>. Aceso em: 25 jul. 2012.
- PAES, Renata Marinho. **Para onde sopra o vento**: a Igreja Católica e as romarias de Juazeiro do Norte. Fortaleza: IMEPH, 2011.



PAIVA, Olga. Patrimônio cultural e turismo em Juazeiro do Norte. In: DUMOULIN, A.; GUIMARÃES, A. T.; FORTI, M. C. P. (Orgs.). **Anais do III Simpósio Internacional Padre Cícero do Juazeiro**. E... quem é ele? Juazeiro do Norte, 18 a 22 de julho de 2004. P. 185-190.

PEREIRA, C. S. S.; OLIVEIRA, J. C. A.. Cidade e Reestruturação do espaço: a Região Metropolitana do Cariri (RMC) e a nova dinâmica no Estado do Ceará. In: **I Seminário das Metrôpoles - Cidades e Práticas Espaciais: diferentes dinâmicas em metrôpoles brasileiras nacionais e regionais**. Goiânia, 2010. P. 1-12. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/47509070/Artigo-Publicado-Seminario-das-Metropoles>>. Acesso em: 12 mar. 2012

SANCHEZ, Fernanda. **A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial**. Chapecó, Ed. Argos, 2003.

SCHNEIDER, Steffen G. **La légitimité des systèmes politiques, l'espace public et les médias: une étude comparée des discours de légitimation en Allemagne, aux États-unis, en Grande-Bretagne et en Suisse**. In: *Politique et Sociétés*, vol. 27, n° 2, 2008, p. 105-136. Disponível em : <<http://www.erudit.org/revue/ps/2008/v27/n2/019458ar.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2012. DOI: 10.7202/019458ar.

SILVA, Juremir M. da. **As tecnologias do imaginário**. 2. Edição. Porto Alegre: Sulinas, 2006.

WEBER, Maria Helena. Visibilidade e credibilidade. In: MAIA, Rosiley; CASTRO, Maria C. P. S. (orgs.). **Mídia, espaço público e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. P. 117-136.

WUNENBURGER, Jean-Jaques. Déclin et renaissance de l'imagination symbolique. **Sociologie et Sociétés**, vol. 17, n° 2, 1985. P. 41-52. Disponível em: <<http://www.erudit.org/revue/socsoc/1985/v17/n2/001844ar.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2012. DOI: 10.7202/001844ar.

WUNENBURGER, Jean-Jaques. Regard et transparence: utopie et philosophie. **Quaderni**. N. 40, Hiver 1999. Utopie I : la fabrique de l'utopie. pp. 145-158. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/quad\\_09871381\\_1999\\_num\\_40\\_1\\_1433](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/quad_09871381_1999_num_40_1_1433)>. Acesso em: 16 mai. 2012.

WUNENBURGER, Jean-Jaques. "L'imaginaire reste un milieu psychique encore mal connu". Un entretien avec Jean Jacques Wunenburger. **Caietele Echinox**, vol. 2, (Teoria si practica imaginii. Imaginarul cultural), Dacia, 2002. Disponível em: <<http://www.phantasma.ro/caiete/caiete/caiete2/02.html>>. Acesso em: 23 mai. 2012.

WUNENBURGER, Jean-Jaques. **Uma utopia da razão: ensaio sobre a política moderna**. Tradução de Ana Cristina Leonardo. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

ZANINI, Wilson. **Governo do Estado inaugura torre do luzeiro do nordeste**. Portal de Serviços e informações do Estado do Ceará, 01 de novembro de 2005. Disponível em: <[http://www25.ceara.gov.br/noticias/noticias\\_detalhes.asp?nCodigoNoticia=15890](http://www25.ceara.gov.br/noticias/noticias_detalhes.asp?nCodigoNoticia=15890)>. Acesso em: 12 de mar. 2012.

Trabalho enviado em novembro de 2013

Trabalho aceito em dezembro de 2013